

Demonstrações Financeiras

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Stone SCD”), relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2021.

Mensagem da Administração

O produto de crédito da companhia, iniciou suas operações e navegou pelo período mais volátil dos últimos tempos. Após transitar por duas ondas de Covid-19, acompanhada de *lockdowns* e restrições de comércio para conter o avanço do vírus, o produto foi significativamente impactado por problemas no funcionamento das registradoras de recebíveis, que trouxeram uma grande incerteza e comprometeram o processo de “trava” de recebíveis.

O acontecimento, que esperamos que se resolva nos próximos meses, abriu uma brecha para que lojistas migrem suas transações para outros adquirentes que, na prática, contornaram o colateral que estes lojistas tinham conosco. Este vazamento de colaterais debilitou um dos principais pilares do produto, o bloqueio, ou “trava”, de recebíveis e nossas premissas de recuperação de contratos inadimplentes se mostraram mais otimistas que os níveis observados no segundo trimestre.

Dado este cenário, a companhia tomou providências conservadoras em relação à novos desembolsos e provisões. Em resumo, decidimos:

- 1- Interromper temporariamente os desembolsos de crédito: Os desembolsos no segundo trimestre de 2021 foram R\$ 376.2 milhões, comparado a R\$ 752.7 milhões no primeiro trimestre de 2021, com apenas R\$ 59.8 milhões desembolsados em junho e R\$ 0.8 milhões em julho (que representam desembolsos para testar o sistema de registro de recebíveis);
- 2- Adaptar a forma como reportamos métricas do produto, de forma a seguir mais de perto os padrões de mercado, aumentar a comparabilidade e facilitar o entendimento.

Posto isso, este processo gerou aprendizados valiosos que serão alicerce para avançar na construção de um produto muito melhor, voltado a ajudar o comerciante brasileiro. Continuaremos a refinar a solução de crédito, evoluindo no processo de recuperação e otimizando as taxas e oferta, se alavancando ainda mais em nosso modelo de distribuição e dados de nossos clientes. Estamos comprometidos e vemos uma oportunidade enorme pela frente.

Pretendemos voltar a escalar nossas soluções de crédito uma vez que o sistema de registro de recebíveis funcione adequadamente ou observemos novas oportunidades de baixo risco. Soluções de capital de giro são de profunda importância para nossos clientes e o produto de crédito continuará sendo uma de nossas soluções para ajudar pequenos e médios negócios a crescer e vender mais.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP241544/O-0

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante		494.612	69.241
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.184	68.930
Disponibilidades		3.184	68.930
Aplicações no mercado aberto		-	-
Instrumentos financeiros	5	491.043	193
Valores a receber de partes relacionadas		491.000	-
Outros ativos diversos		43	193
Outros créditos	6	363	118
Impostos e contribuições a compensar		363	118
Outros valores e bens		22	-
Despesas antecipadas		22	-
Não circulante		207	-
Intangível	7	207	-
Ativos intangíveis		208	-
(-) Amortização acumulada		(1)	-
TOTAL DO ATIVO		494.819	69.241
	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante		3.097	1.892
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.989	1.704
Outros passivos diversos	8	2.989	1.704
Outras obrigações	9	108	188
Impostos e contribuições a recolher		108	188
Passivo exigível a longo prazo		65	31
Outras obrigações		65	31
Provisão para contingências	10	65	31
Patrimônio líquido	16	491.657	67.318
Capital social		501.000	71.000
Reserva de capital		427	281
Prejuízos acumulados		(9.770)	(3.963)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		494.819	69.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		4.149	1.169
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	11	4.149	1.155
Resultado de operações com instrumentos financeiros		-	14
Outras receitas (despesas) operacionais		(9.956)	(2.372)
Despesas de pessoal	12	(5.603)	(1.865)
Despesas administrativas	13	(3.106)	(368)
Despesas de provisões		30	-
Amortização	7	(1)	-
Outras despesas operacionais	14	(1.276)	(139)
Resultado operacional		(5.807)	(1.203)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(5.807)	(1.203)
Imposto de renda e contribuição social	15	-	-
Prejuízo do período		(5.807)	(1.203)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Prejuízo do período	<u>(5.807)</u>	<u>(1.203)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>1</u>
Itens que não serão reclassificados para o resultado	<u>-</u>	<u>1</u>
Variação no ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda, líquido do efeito tributário	-	1
Resultado abrangente do período	<u><u>(5.807)</u></u>	<u><u>(1.202)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		11.000	-	(1)	(85)	10.914
Integralização de capital	16	10.000	-	-	-	10.000
Pagamento baseado em ações		-	138	-	-	138
Variação no ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda		-	-	1	-	1
Prejuízo do período		-	-	-	(1.203)	(1.203)
Saldos em 30 de junho de 2020		21.000	138	-	(1.288)	19.850
Saldos em 31 de dezembro de 2020		71.000	281	-	(3.963)	67.318
Aumento de capital	16	430.000	-	-	-	430.000
Pagamento baseado em ações		-	146	-	-	146
Prejuízo do período		-	-	-	(5.807)	(5.807)
Saldos em 30 de junho de 2021		501.000	427	-	(9.770)	491.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Prejuízo do período		(5.807)	(1.203)
Ajustes ao prejuízo do período:		181	124
Amortização	7	1	-
Receitas financeiras, líquidas		-	(14)
Provisão para contingências		34	-
Pagamento baseado em ações		146	138
Variações nos ativos e passivos		(489.912)	12.223
Títulos e valores mobiliários		-	10.055
Instrumentos financeiros		(491.000)	-
Outros ativos diversos		(3.486)	(423)
Despesas antecipadas		(22)	-
Impostos e contribuições a recolher		(325)	290
Outras obrigações diversas		1.285	2.357
Juros recebidos, líquidos		3.636	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(56)
Caixa líquido das atividades operacionais		(495.538)	11.144
Aquisição de ativos intangíveis	7	(208)	-
Caixa líquido das atividades de investimento		(208)	-
Integralização de capital	16	-	10.000
Aumento de capital	16	430.000	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		430.000	10.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(65.746)	21.144
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		68.930	989
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.184	22.133
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(65.746)	21.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “SCD”) com sede em São Paulo, Rua Gomes de Carvalho, 1.609, 8º andar, foi constituída em 6 de março de 2019. A Companhia tem como atividade principal a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros; e a atuação como representante na distribuição de seguros relacionados às operações realizadas.

A Companhia é controlada pela Stone Pagamentos S.A. (“Stone Pagamentos”), uma empresa nacional que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código “STNE”, constituída nas Ilhas Cayman.

A SCD obteve, em 22 de julho de 2019, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de agosto de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (i), (ii) e (iii) e 31 de dezembro de 2020 nos itens (i) e (ii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

c) Operações de crédito

De acordo com a Resolução do CMN nº 4.656/18, a SCD é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de

aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

No exercício de 2020 a Companhia passou a originar operações de crédito na modalidade Cédula de Crédito Bancário (“CCB”).

As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até 59 dias é contabilizada em receitas e, a partir de 60 dias de atraso, em rendas a apropriar, sendo reconhecidas como receita, independentemente de seu nível de risco, quando de seu efetivo recebimento.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas, por cinco anos, em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

d) Cessão de créditos

A Companhia realiza cessão da totalidade de suas operações de crédito para um fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”) no mesmo dia em que as operações são originadas. Tais cessões são classificadas como “com transferência substancial dos riscos e benefícios”.

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria “com transferência substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado, e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada (Nota 8).

Assim sendo, a Companhia não possui nenhuma operação de crédito em seus balanços patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

e) Provisão para perdas esperadas com risco de crédito

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam:

- as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido, ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

f) Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%;
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 50%.
- Direito sobre contrato de representação – 33%.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no período. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável.

h) Apuração do resultado

(i) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Registro do resultado positivo ou negativo apurado nas operações de cessão "com transferência substancial dos riscos e benefícios" das operações de crédito.

(ii) Resultado de operações com instrumentos financeiros

Registro dos rendimentos sobre as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

i) Pagamento baseados em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um

aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Em 30 de junho de 2021 e 31 dezembro de 2020, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

k) Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, não houve resultado classificado como não recorrente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades – Em moeda nacional	3.184	68.930
Total	3.184	68.930

5. Instrumentos financeiros

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a receber de partes relacionadas (*)	491.000	-
Outros ativos	43	193
Total	491.043	193

(*) Mediante solicitação, a Stone SCD paga antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Pagamentos ou pela Pagar.me Pagamentos S.A aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-roga em seus direitos, se tornando a nova credora da Stone Pagamentos ou da Pagar.me. Por essa razão, o montante a receber da Stone Pagamentos é de R\$ 490.000 e a receber da Pagar.me é de R\$ 1.000 para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

6. Outros créditos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos e contribuições a compensar	363	118
Total	<u>363</u>	<u>118</u>

7. Intangível

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 30/06/2021</u>
Custo			
Software	-	208	208
	-	208	208
Amortização acumulada			
Software	-	(1)	(1)
	-	(1)	(1)
Intangível, líquido	<u>-</u>	<u>207</u>	<u>207</u>

8. Outros passivos diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de despesa de pessoal	1.663	1.131
Contas a pagar a FIDC (*)	115	243
Provisão de despesas administrativas	5	100
Diversos	1.206	230
Total	<u>2.989</u>	<u>1.704</u>

(*) Esse montante está líquido de contas a receber da mesma entidade FIDC, visto que a liquidação da obrigação se dará pelo líquido.

9. Outras obrigações

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos e contribuições a recolher	108	188
Total	<u>108</u>	<u>188</u>

10. Provisão para contingências

Em 30 de junho de 2021, a Companhia figurava como parte em processos cíveis, com a probabilidade de perda provável, os quais foram provisionados em R\$ 65 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de junho de 2021, a Companhia está envolvida em processos cíveis, com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados em R\$ 474 (R\$ 62 em 31 de dezembro de 2020).

11. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

No semestre findo em 30 de junho de 2021, as operações de cessão de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios, geraram resultado positivo de R\$ 4.149 (R\$ 1.155 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

12. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Salários e proventos	4.197	1.441
Encargos sociais	1.148	369
Benefícios	258	55
Total	<u>5.603</u>	<u>1.865</u>

13. Despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Serviços do sistema financeiro	2.143	135
Despesas tributárias	742	54
Serviços técnicos especializados	106	146
Viagens	5	-
Processamento de dados	-	4
Outros	110	29
Total	<u>3.106</u>	<u>368</u>

14. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Perdas operacionais	1.164	-
Outras despesas operacionais	112	139
Total	<u>1.276</u>	<u>139</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o valor do crédito tributário de IR e CS não contabilizado é de R\$ 3.338 (R\$ 1.363 em 31 de dezembro de 2020).

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de agosto de 2019 a Companhia foi constituída, condicionando-se a decisão e aprovação do BACEN e demais autoridades pertinentes, a aprovar a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R\$ 1.000, dividido em 1.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital da SCD no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 10.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 10.000 foram integralizados em janeiro de 2020.

Em 20 de outubro de 2020 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 14 de outubro de 2020, no valor total de R\$ 100.000, mediante a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 50.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 50.000 a ser integralizado em até 12 meses.

Em 27 de maio de 2021 a Companhia integralizou R\$ 50.000, aprovados na AGE realizada em 14 de outubro de 2020.

Em 9 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de junho de 2021, no valor total de R\$ 80.000, mediante a emissão de 80.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 14 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 9 de junho de 2021, no valor total de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia, é representado por 501.000.000 ações ordinárias (121.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 501.000 totalmente subscrito e integralizado (R\$ 121.000 em 31 de dezembro de 2020).

17. Gerenciamento de riscos

A área de gestão de riscos do Grupo conta com as seguintes frentes de atuação:

- Risco de Mercado;
- Liquidez;
- Crédito;
- Capital;
- Operacional;
- Conformidade; e
- Controles Internos.

A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos baseados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo. Estas áreas monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, que são periodicamente submetidos a revisões, com o objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Tais estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia

- *Risco pré (taxa de juros):* é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.
 - *Risco cambial:* risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação da taxa de câmbio. A Companhia não possui instrumentos financeiros sujeitos ao risco cambial.
- b) **Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, que são monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa seguro e rentável.
- c) **Risco de crédito:** decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagamento perante o Grupo causando perdas financeiras ao mesmo. No contexto operacional da SCD, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência dos clientes tomadores de empréstimos. A SCD mitiga o risco de crédito por meio de cessões diárias para um FIDC, com transferência substancial dos riscos e benefícios, de todas as operações de crédito por ela originadas.
- d) **Gerenciamento de capital:** a Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17. A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.
- e) **Risco operacional:** é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; e) práticas inadequadas relativas a clientes produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, conforme a Resolução do CMN nº 4.606/17 e a Resolução do CMN nº 4.557/17.
- f) **Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que:
- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (“TI”) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam e transmitem; ou
 - Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

O Grupo gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos

estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

Ademais, o Grupo possui políticas e procedimentos que englobam diretrizes voltadas para a mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando-se a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, bem como dispõe de equipes treinadas e dedicadas para a mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução CMN nº 4.893/21.

- g) **Conformidade:** o time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos códigos de ética e de conduta. Ainda, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da SCD nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”) e Circular BACEN nº 3.978/20.

- h) **Controles Internos:** o time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia.

As principais atividades da área de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não identificados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

18. Outras informações

Desde o início da crise oriunda do Coronavírus (COVID-19), a Companhia prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Apesar dos impactos do COVID-19 na sociedade em geral, a Companhia apresentou crescimento em sua base de clientes e receitas operacionais e foi capaz de garantir a geração de valor de longo prazo aos seus acionistas, através do oferecimento de novas soluções financeiras aos seus clientes, e de suporte aos colaboradores e à sociedade nesses tempos desafiadores.

A Companhia segue acompanhando os impactos do COVID-19 e seus reflexos na atividade econômica global e brasileira e ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.